

METALURGICA RIOSULENSE SA

Formulário de Referência Conforme Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”)

Data base: 31 de dezembro de 2014

10.1. Comentários sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2014, 2013 e 2012 a Companhia registrou, respectivamente, lucro de R\$ 7.051 mil, prejuízo de R\$ (6.009) mil e prejuízo de R\$ (15.549) milhões. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 13.418 mil, R\$ 19.602 mil e R\$ 8.579 mil, nos mesmos períodos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em sua geração de caixa.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os recursos necessários para capital de giro e aplicação em ativos não-circulantes são gerados pela própria atividade operacional, como também, captados em instituições financeiras com as quais a companhia mantém negócios. As operações com instituições financeiras são provenientes de linhas de repasse BNDES, Leasing, FINEP e benefícios fiscais concedidos pelo estado de Santa Catarina, através do ICMS gerado mensalmente (PRODEC – Programa de Desenvolvimento das Empresas Catarinenses).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além das modalidades de créditos mencionadas no item anterior, a Companhia também dispõe de outras linhas de crédito ofertadas pelos bancos, dentre elas temos: ACC, ACE, CDC, CCB. A companhia também está exercendo esforços em busca de linhas de financiamento de longo prazo, que permitam o alongamento geral de seu perfil de endividamento, visando com isto uma melhor condição de caixa.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/12/2014	31/12/2013
Capital de Giro	1,27%+CDI e 185% do CDI	Duplicata/Hipoteca	40.267	36.149
ACC	9% ao ano	Aval	7.519	6.121
Conta Garantida	2,06% +CDI	Duplicata	602	1.622
Empréstimo	0,33% a 0,56% + TJLP	Hipoteca	3.542	4.463
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	1.627	2.093
Leasing	0,66% a 1,74%	Alienação Fiduciária	-	127
Prodec	2% ao ano	(a)	8.951	11.444
Limite	2,7% a 9,4% ao ano		187	395
Total de empréstimos e financiamentos			62.695	62.414
Circulante			43.711	34.567
Não circulante			18.984	27.847
Por data de vencimento			31/12/2014	31/12/2013
Em até 6 meses			35.326	27.075
De 6 meses a 1 ano			8.385	7.492
De 1 a 2 anos			7.814	12.521
De 2 a 3 anos			6.254	5.419
De 3 a 4 anos			4.916	6.110
Acima de 4 anos			-	3.797
Total de empréstimos e financiamentos			62.695	62.414

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Não há restrições impostas ao emissor.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Demonstração do Resultado

No exercício de 2014 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 136.048 mil, contra R\$ 135.423 mil em 2013, apresentando, portanto, um crescimento de 0,46%.

As vendas internas atingiram R\$ 119.902 mil, o que representou 88,13% da ROL, diminuindo 1,54% em relação a 2013. As vendas externas totalizaram R\$ 16.146 mil, atingindo 11,87% da ROL, importando num aumento de 18,34%, comparado ao desempenho de 2013.

O resultado líquido da Companhia ficou positivo em R\$ 7.051 mil, representando 5,18% da ROL. Em 2013 a Companhia registrou um prejuízo de R\$ -6.009 mil, equivalente a -4,44% da ROL.

Como resultado dos efeitos apresentados anteriormente, o EBITDA atingiu R\$ 13.418 mil, com redução de 31,55% sobre o resultado obtido em 2013. A margem do EBITDA atingiu 9,86%, 4,61 pontos percentual abaixo daquela observada do ano anterior. O indicador EBITDA está adequado a instrução CVM 527 de outubro de 2012, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou um aumento de 3,99% (R\$ 1.986 mil) em 2014, comparativamente a 2013, destacando-se as contas a receber e estoques que juntas aumentaram o ativo circulante em R\$ 2.276 mil.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante apresentou uma redução de 1,60% (R\$ 2.182 mil), motivado pela reclassificação dos impostos diferidos de IRPJ e CSLL do ativo para o passivo, ambos circulantes. Os investimentos em ativos imobilizados ocorreram na mesma ordem da depreciação registrada no período de 2014, neutralizando qualquer efeito de variação neste grupo.

Passivo Circulante

O passivo circulante teve uma redução de 33,08% (R\$ 47.560 mil) em 2014, em comparação a 2013. Esta redução pode ser atribuída principalmente a reclassificação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas de curto prazo que foram incluídas no REFIS Lei 12.996/2014, que importou na transferência para o longo prazo no valor de R\$ 40.623 mil.

Passivo não Circulante

O passivo não circulante apresentou um acréscimo de 97,99% (R\$ 40.313 mil), sendo isto atribuído a reclassificação mencionada no item anterior.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 2014, ficou em R\$ 7.499 mil, contra 488 mil em 2013, decorrente do lucro registrado no exercício de 2014.

10.2. Comentários sobre:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O segmento automotivo, principalmente, o mercado de montadoras de caminhões teve um fraco desempenho no ano de 2014, registrando uma retração de 7,24%, e, em contra partida a Companhia registrou um aumento nas vendas para o setor ferroviário de 115,93% e, no mercado de exportação um aumento de 13,30%.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2014 os principais índices de compras de matérias-primas tiveram os seguintes aumentos e que influenciaram na elevação do CPV:

- Energia Elétrica: 25,24%
- Matéria Prima Usinagem: 10,11%
- Matéria Prima Fundição: 4,96%

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Salvo os impactos pela variação cambial das exportações, as receitas não tiveram impacto acentuado por conta das modificações dos preços. O faturamento foi mantido pelos volumes fabricados e vendidos durante o exercício.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos efeitos mencionados anteriormente, não houve majoração significativa dos insumos dos produtos fabricados.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4. Comentários sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores, somente ênfases.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2014:

Ênfase

Nível de endividamento

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2014 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 46.094 mil. Essa condição, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores e a realização de seus impostos diferidos. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Consolidação programa de recuperação fiscal

Como descrito na nota explicativa nº 16, a Companhia aderiu a programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da

Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2013:

Ênfase

Nível de endividamento

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 6.009 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 93.994 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores e a realização de seus impostos diferidos. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa 1.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2012:

Ênfase

Nível de endividamento

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 15.549 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 74.193 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores e a realização de seus impostos diferidos. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa 1.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

1. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para

determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

1.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

1.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu

reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

1.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço, e as variações no valor justo são registradas ao resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido pelo instrumento for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido for inferior a 12 meses.

1.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

1.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

1.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

1.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

1.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

1.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

1.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	33 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual

ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

1.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 20% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate

(pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

2.13 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação

em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade;
e
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

2.16 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

As alterações são aplicadas retrospectivamente e esclarecem que:

Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas (ex.: vendas e margens brutas) utilizadas para avaliar se os segmentos são “similares”. A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento.

IAS 24

IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração.

Melhorias Anuais – Ciclo 2011-2013

Essas melhorias entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014, não sendo esperado efeito significativo sobre o Grupo, incluindo:

IFRS 15

Receitas de contratos com clientes

Emitida em maio de 2014 estabelece um novo modelo de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. A nova norma é uma abordagem mais estruturada e para a mensuração da receita e substituirá todas as atuais exigências nos termos atuais das IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil.

A Companhia ainda está estudando os possíveis impactos das novas normas, mas não se espera que essas alterações causem impacto significativo sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Há outras normas e interpretações emitidas e que ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, mas que não são aplicáveis à Companhia.

2. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia

levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas. são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) constituição de provisão para perdas nos estoques.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração empreendeu todos os esforços para apresentar adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado e todas as demais publicações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em acordo com a legislação pertinente, incluindo as normas da CVM.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram relatadas deficiências.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos para o ano de 2015 destinam-se essencialmente a adequação dos equipamentos de acordo com a NR 12, inovação e desenvolvimento de novos produtos e aquisição de novos equipamentos. Os valores previstos correspondem a aproximadamente R\$ 6.500 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos previstos para 2015 deverão ser realizados com recursos próprios e financiamentos direto com o fornecedor.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não tem previsão de desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há nenhum fato a comentar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Estas divulgações são feitas anualmente nas convenções de vendas que a Companhia realiza internamente, abrangendo os novos produtos que serão disponibilizados para o mercado no transcorrer de cada exercício social, os quais não são divulgadas de forma antecipada para o mercado.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2014 foram investidos R\$ 2.656 mil em P&D.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia adota como política não divulgar de forma antecipada os projetos e produtos que estão em processo de desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2014, totalizaram R\$ 1.992 mil.

10.11. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores com influência relevantes

12.6. Administradores e membros do conselho fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	CARGO	DATA DA ELEIÇÃO	POSSE	MANDATO
JOÃO STRAMOSK	88 anos	Técnico contábil	005.574.809-06	Presidente	30/04/2012	01/05/2012	3 anos
CARLOS H. STRAMOSK	54 anos	Advogado	379.443.809-44	Vice Presidente	30/04/2012	01/05/2012	3 anos
EUGÊNIO STRAMOSK	55 anos	Administrador	467.572.529-53	Membro	30/04/2012	01/05/2012	3 anos

DIRETORIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	CARGO	DATA DA ELEIÇÃO	POSSE	MANDATO
LUIS A. STRAMOSK	57	ENGENHEIRO	311.068.469-15	Diretor Presidente	30/04/2012	01/05/2012	3 anos
NILO MENEGHELLI	49	CONTADOR	533.072.919-04	Diretor Adm. Financeiro e RI	30/04/2012	01/05/2012	3 anos

12.7. Membros dos comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A Companhia não possui comitês de auditoria, risco, financeiro ou de remuneração.

12.8. Administradores e membros do conselho fiscal

Formação acadêmica e experiência profissional

João Stramosk

É presidente do conselho de administração da empresa desde o ano de 1988, iniciou na Companhia como escriturário no ano de 1947, atuou na área até julho de 1954, após foi promovido a diretor comercial até abril de 1968; sendo eleito, neste mesmo ano, diretor presidente. Sua formação é técnico contábil.

Eugênio C. Stramosk

Iniciou na empresa em 1999, a frente da área de logística e também atuando na gerencia de suprimentos da Companhia. Atualmente é membro do Conselho de Administração. É graduado em administração de empresas e MBA em gestão empresarial pela FGV e pela universidade da Califórnia.

Carlos H. Stramosk

É membro do conselho de administração desde 2003, atuou na empresa também entre os anos de 1978 a 1982 como office boy e auxiliar administrativo. É bacharel em direito e exerce a atividade fora da Companhia de corretor de seguros.

Nilo Meneghelli

É diretor administrativo, financeiro e RI. Ingressou na Companhia em 1995 como supervisor financeiro, no ano de 1997 foi promovido a gerente de controladoria e em 2003 passa a responder como diretor, agregando a atividade, a partir de 2009 também como diretor de relações com investidores. É formado em ciências contábeis, com especialização em gestão financeira, MBA em gestão empresarial, finanças, controladoria e auditoria pela FGV.

Luís A. Stramosk

Foi eleito diretor presidente em 30 de abril de 2009. Passou por diversas áreas da Companhia, quando iniciou em 1972, como office boy, em 1984, já formado em Engenharia Mecânica, assume o setor de engenharia, em 1986 é promovido a gerente industrial, em 1988 assume sua primeira diretoria, a industrial e em 2003 passa a responder como diretor superintendente e comercial, culminando a presidência, quando assumiu o cargo em 1º de maio de 2009. Nesse íterim, fez especialização em logística e gestão da qualidade e MBA em gestão empresarial e marketing.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau entre:

Exceto para o caso do Sr. Nilo Meneghelli, que é Diretor Administrativo, Financeiro e RI, os demais membros da diretoria e todos os membros do Conselho de Administração possuem relação de parentesco de 1º grau, em linha reta entre si.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controles mantidos, nos últimos três exercícios sociais, entre administradores da companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia;

Não se aplica.

b) Controlador direto do emissor;

Não se aplica

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes:

Inexistente a relação.

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguros) estabelecendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A companhia não possui apólice de seguro contratada de D&O.

12.12. Outras informações que a companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é fixada pela Assembleia geral.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração corresponde a contraprestação pelo relevante papel exercido na gestão da Companhia.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria estatutária objetiva contratar e garantir a permanência dos profissionais altamente qualificados na administração da Companhia. A remuneração é composta de pró-labore ou salários, este último, a política de remuneração é baseada na legislação existente, pois são contratados no regime da CLT. O reajuste da remuneração é de acordo com o dissídio aprovado na convenção coletiva de trabalho da categoria.

Diretoria não Estatutária

No que tange a remuneração da Diretoria não estatutária, acompanha as práticas de mercado, identificadas através de pesquisas que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A política de remuneração é baseada na legislação trabalhista, pois todos são contratados no regime da CLT. A remuneração é reajustada de acordo com o dissídio aprovado na convenção coletiva de trabalho da categoria.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração / Diretoria Estatutária / Diretoria não Estatutária

Salários e pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por finalidade oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reajustada e definida pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar. O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é feita anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua experiência, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é composta somente por parte fixa, portanto, não se aplica indicadores de desempenho.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária, conforme tabela abaixo:

Em Reais				
Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de Membros	2014	3	2	5
Salário ou Prólaboro	2014	1.346.983,00	1.791.833,40	3.138.816,40
Total da Remuneração	2014	1.346.983,00	1.791.833,40	3.138.816,40
Nº de Membros	2013	3	2	5
Salário ou Prólaboro	2013	1.258.058,11	1.659.802,44	2.917.860,55
Total da Remuneração	2013	1.258.058,11	1.659.802,44	2.917.860,55
Nº de Membros	2012	3	2	5
Salário ou Prólaboro	2012	1.175.475,72	1.528.495,80	2.703.971,52
Total da Remuneração	2012	1.175.475,72	1.528.495,80	2.703.971,52

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia.

- a. **órgão:** Conselho de Administração e Diretoria Estatutária
- b. **número de membros:** 05 (Cinco)
- c. **em relação ao bônus:** Não Aplicável
 - i. **valor mínimo previsto no plano de remuneração:** N/A
 - ii. **valor máximo previsto no plano de remuneração:** N/A
 - iii. **valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas:** N/A
 - iv. **valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:** N/A
- d. **em relação à participação no resultado:**
 - i. **valor mínimo previsto no plano de remuneração:** N/A
 - ii. **valor máximo previsto no plano de remuneração:** N/A
 - iii. **valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas:** N/A
 - iv. **valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:** N/A

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
JOAO STRAMOSK	308.700	90,00	83.333	34,72	392.033	67,24
EUGENIO CESAR STRAMOSK	6.860	2,00	-	-	6.860	1,18
CARLOS HENRIQUE STRAMOSK	6.860	2,00	-	-	6.860	1,18
TOTAL	322.420	94,00	83.333	34,72	405.753	69,60

DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
LUIS ANTONIO STRAMOSK	6.860	2,00	-	-	6.860	1,18
NILO MENEGHELLI	-	-	16.769	6,99	16.769	2,88
TOTAL	6.860	2,00	16.769	6,99	23.629	4,05

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

A Companhia não possui opções em aberto.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não possuímos planos de opção de compra de ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável.

13.11. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

Valores anuais

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de Membros	3	3	3	2	2	2
Valor da maior remuneração	1.020.447,00	948.831,44	877.155,72	1.124.098,00	1.041.528,60	954.691,80
Valor da menor remuneração	163.268,00	154.620,00	149.160,00	667.735,40	618.273,84	573.804,00
Valor médio da remuneração	163.268,00	154.620,00	149.160,00	895.916,70	829.901,22	764.247,90

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, e consequências financeiras para o emissor

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2014	2013	2012
Conselho de Administração	42,91%	43,12%	43,47%
Diretoria Estatutária	35,81%	35,69%	35,31%
Total	78,72%	78,81%	78,78%

13.14. Indicação dos valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nenhum membro do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária recebeu da Companhia remuneração por quaisquer serviços, razão que não a função que ocupam.

13.15. Indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão:

Não se aplica a Companhia.

13.16. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Rio do Sul, SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Metalúrgica Riosulense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metalúrgica Riosulense S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Nível de endividamento

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2014 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 46.094 mil. Essa condição, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores e a realização de seus impostos diferidos. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Consolidação programa de recuperação fiscal

Como descrito na nota explicativa nº 16, a Companhia aderiu a programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 17 de abril de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC SP-015199/O-6 F-SC

Luis C. Souza
Contador CRC- 1-SC 021.585/O-4

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
CNPJ 85.778.074/0001-06 - NIRE 42300008478
COMPANHIA ABERTA - RIO DO SUL – SC

PROPOSTA A SER SUBMETIDA A AGO EM 30/04/2015

Ilmo. Senhor

Jorge Antonio Tambucci

Coordenadoria de Relações com Empresas

BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

São Paulo – SP

Prezados Senhores,

Nos termos dos artigos 10 e 12 da Instrução nr. 481/09, comunicamos que:

1. Destinação do resultado do exercício: a Companhia não distribuirá dividendos em razão do prejuízo acumulado.
2. Aprovação do plano orçamentário de 2015: conforme planejamento estratégico 2015-2018.
4. Eleição dos membros do Conselho de Administração.
3. Fixação da remuneração global dos Administradores: a proposta para remuneração dos administrados no ano de 2015, está assim composta:

Diretoria (global)	1.944.139,24
Conselheiros (global)	1.461.476,56
TOTAL	3.405.615,80

No ano de 2014, a remuneração ficou assim composta:

Diretoria (global)	1.791.833,40
Conselheiros (global)	1.346.983,00
TOTAL ANO	3.138.816,40

Colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas existentes.

Atenciosamente,

Nilo Meneghelli

Diretor de RI